

O QUE É SEGUIR UMA REGRA NAS *INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS* DE WITTGENSTEIN

Daniel Xavier da Silva Ramalho¹
Franklin Roosevelt Martins de Castro²

Resumo

Este trabalho está pautado na discussão acerca do que é seguir uma regra em um contexto linguístico. Sua base é o pensamento do filósofo contemporâneo Wittgenstein, conforme expresso em sua obra póstuma, *Investigações Filosóficas*. Sua construção resulta de uma pesquisa estritamente bibliográfica, referenciando textos do próprio filósofo e de comentaristas de sua exegese. Almeja-se, por meio deste artigo, discorrer os pressupostos elaborados pelo autor acerca da problemática do seguimento de regras, sobretudo sobre o aprendizado e o ensino da linguagem, a gramática, o papel dos processos mentais e a importância do domínio de técnicas. Conclui-se que Wittgenstein combate as teorias mentalistas do significado linguístico, posicionando a linguagem no campo pragmático das formas de vida.

Palavras-chave: filosofia da linguagem; *Investigações Filosóficas*; pragmática; regras; Wittgenstein.

Abstract

This article is based on the discussion about what is *to follow a rule* in a linguistic context. Its basis is the thought of the contemporary philosopher Wittgenstein, as expressed in his posthumous work, *Philosophical Investigations*. Its construction results from a strictly bibliographic research, referring to texts by the philosopher himself and by commentators on his exegesis. It is intended through this article to discuss the assumptions elaborated by the author on the discussion of following rules, especially: the learning and the teaching of a language; the Grammar; the role of mental processes; and the importance of mastering techniques. It is concluded that Wittgenstein fights mentalist theories of linguistic meaning, placing language in the pragmatic field of the forms of life.

Keywords: philosophy of language; *Philosophical Investigations*; pragmatics; rules; Wittgenstein.

¹ Graduando em Licenciatura em Letras pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). – E-mail: dxavier0411@gmail.com.

² Doutorando em Linguística na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Graduado em Letras e Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Docente na Universidade do Estado do Amazonas. – E-mail: frankdecastro79@gmail.com.

Introdução

Este trabalho almeja apresentar os argumentos de Wittgenstein acerca do que consiste o *seguimento de regras*. Ludwig Wittgenstein foi um filósofo austríaco, considerado um dos autores mais importantes do século XX, tendo realizado inúmeras contribuições para áreas como: a filosofia da linguagem, a lógica e a psicologia. Sua obra *Investigações Filosóficas*, publicada postumamente em 1953, entrega uma concepção *sui generis* de linguagem, contrapondo-se às teorias tradicionais do sentido linguístico, as quais o compreendiam exclusivamente como designação de coisas no mundo, passando a abordar o aspecto dinâmico da língua através de sua relação com as práticas humanas. O autor defende que o significado não consistiria em uma correspondência a um objeto extralinguístico, mas em algo resultante do *uso* concebido à linguagem em contextos reais.

Logo, a normatividade, fator imprescindível à estruturação da língua, sustenta-se no fato de que a “verdade” das enunciações está em sua *adequação* ou *inadequação* a determinado contexto em que estão inseridas. Aprender uma língua é um processo através do qual somos apresentados aos comportamentos possíveis mediante certos cenários linguísticos, sendo treinados a *agir* conforme o que se espera de nós em cada situação. Assim, conhecer uma língua é análogo a dominar uma técnica, requerendo do indivíduo a capacidade de, consistentemente, estar de acordo com aquilo que é considerado – por fatores que não dependem unicamente dele – o *correto*. Desse modo, Wittgenstein pressupõe que seguir uma regra constitui uma *prática*, a qual será estabelecida através de contextos públicos de uso, pois somente através destes poderá haver acordo ou desacordo.

1. Linguagens e regras

Em diferentes épocas de seu pensamento, Wittgenstein preserva a compreensão de que a linguagem é composta e governada por regras. Contudo, a natureza destas é concebida de modo distinto em suas principais obras: o *T* e as *IF*³. Inicialmente, no *T*, “[...] as regras de uma linguagem determinam uma rede de formas lógicas. O conteúdo destas formas é fixado por correlação mental, ao projetar elementos da rede em objetos no mundo” (HACKER, 1986, p. 180; tradução nossa)⁴.

³ Adotar-se-á as seguintes abreviações: *IF*: Investigações Filosóficas. *BrB*: *The Brown Book*. *T*: *Tractatus Logico-Philosophicus*. *VA*: Visão agostiniana de linguagem.

⁴ “[...] the rules of a language determine a network of logical forms. The content of these forms is fixed by mental correlation, by projecting elements of the network on to objects in the world” (HACKER, 1986, p. 180).

Neste período, o autor admitia na forma lógica uma essência comum entre linguagem e realidade, possibilitando à primeira a *representação* da segunda. As relações estabelecidas entre nomes na proposição seriam análogas àquelas que os objetos correspondentes a esses nomes realizariam no mundo. Este paralelo permitiria à linguagem dizer algo, verdadeiro ou falso, acerca da realidade. De acordo com Marques (2012), “(...) essa representação dos nomes apenas ocorre quando estes estão ligados por *regras sintáticas*, a que Wittgenstein também chama constantes lógicas. É assim que um nome só representa enquanto está integrado numa proposição” (MARQUES, 2012, p. 41, grifo nosso). Logo, concluiu-se que a disposição dos nomes em uma proposição elementar “espelharia” o modo como os objetos relacionar-se-iam em um estado de coisas possível na realidade.

Naquilo que se designou *sintaxe lógica*, Wittgenstein concebia um sistema de regras imanentes – subjacentes a *todo* sistema linguístico – que não se demonstrariam visíveis em nosso uso cotidiano da linguagem. De acordo com Hacker (1986), consistiriam em regras distintas daquelas que normalmente empregamos como ferramentas de aprendizado e correção. Apesar de governarem nossas práticas, seriam independentes destas e dos falantes, determinando o sentido de maneira intransigente. “Há, portanto, em toda linguagem, um *a priori* ‘lógico’ que só pode se mostrar, mas sobre o qual nada se pode dizer; e é esse *a priori* que se supõe que a ‘forma geral’ da proposição representa” (SCHMITZ, 2004, p. 133). Desse modo, uma linguagem inteiramente analisada sob o aspecto lógico possibilitaria antever todas suas plausíveis manifestações, sendo esta a linguagem ideal buscada pela ciência. Todavia, esta lógica não se encontraria explicitamente manifesta em nossas linguagens ordinárias, cujo caráter é naturalmente ambíguo e redundante.

A partir da década de 1930, Wittgenstein revisita seu *T*, realizando novas considerações acerca dos pensamentos ali expostos. Gradualmente, o autor distancia-se do atomismo lógico e da visão subsequente de linguagem como cálculo⁵, decorrida em um momento intermediário, optando por uma comparação entre a linguagem e os *jogos*. Sua interpretação anterior concebia que um sistema inflexível de regras lógicas fundamentaria a linguagem, fornecendo uma precisa determinação do sentido. Contudo, nas *IF*, o autor rejeitará esta visão, considerando a linguagem em seu aspecto dinâmico e inacabado, em contraste à sua imagem fixa e inteiramente delimitada: “(...) pergunte-se se nossa linguagem é completa; – se o era antes de lhe ter sido

⁵ Conforme Glock (1998), Wittgenstein compreendia neste momento que “ao falarmos uma língua, operamos, no pensamento, um sistema complexo de regras exatas. As proposições da linguagem ordinária podem ser analisadas de forma definida em termos dos elementos desse cálculo. O significado de uma palavra é o lugar que ela ocupa no simbolismo; é determinado por regras que estabelecem seu *uso* correto” (GLOCK, 1998, p. 64).

incorporado o simbolismo químico e a notação infinitesimal; pois estes são, por assim dizer, subúrbios de nossa linguagem. (E com quantas casas ou ruas começa uma cidade a ser cidade?)” (IF §18). Wittgenstein passa a visualizar na analogia entre a linguagem e os jogos uma imagem mais nítida e verdadeira de nossas manifestações linguísticas, abordando aspectos preteridos por seus antecessores, inclusive por seu *T*. De acordo com Baker e Hacker (2005, p. 52):

A analogia entre um jogo e uma linguagem provou-se de fato esclarecedora. Jogos, como linguagens, são criações de seres humanos em suas interações sociais. Eles não respondem à realidade para correção. Eles são, em geral, governados por regras. As regras de um jogo são regras constitutivas, como as regras da gramática. Ao contrário daquelas de um cálculo (mas semelhante às regras da linguagem), elas não são ‘fechadas’; elas não tentam estimar todas as eventualidades. Mas elas não são, portanto, consideradas incompletas (tradução nossa)⁶.

Conforme Kenny (2006), o primeiro registro de uso desta analogia por Wittgenstein remete a uma conversa entre este e Schlick, em junho de 1930, na qual se discute a visão dos formalistas sobre aritmética e o posicionamento de Frege a respeito⁷. O filósofo austríaco demonstrou-se contrário à dicotomia proposta, pontuando que, da mesma maneira que um jogo de xadrez não é sobre mover peças em um tabuleiro, a matemática não é sobre manchas de tinta no papel. No decorrer dos anos, a analogia expande-se, passando a abranger jogos em geral e a totalidade de manifestações linguísticas. “É a percepção da variedade entre jogos que torna o conceito de jogo um conceito particularmente útil para Wittgenstein expressar seus novos entendimentos acerca da diversidade dos usos linguísticos” (KENNY, 2006, p. 128; tradução nossa)⁸. Jogos não têm um único caráter, meio de execução ou propósito. Não há neles uma natureza pré-determinada; ainda que disséssemos que algo está mais próximo da “essência de jogo”, nenhum fator *independente* de nós estabelece isto. Do mesmo modo, há uma infinidade de manifestações linguísticas com diferentes características, finalidades e regras. A priorização de uma em detrimento de outra não é algo senão uma escolha humana.

⁶ “The analogy between a game and a language did indeed prove illuminating. Games, like languages, are creations of human beings in their social interactions. They are not answerable to reality for correctness. They are, by and large, rule-governed. The rules of a game are constitutive rules, as are rules of grammar. Unlike those of a calculus (but like the rules of language), they are not ‘closed’; they do not attempt to budget for all eventualities. But they are not therefore deemed incomplete” (BAKER e HACKER, 2005, p. 52).

⁷ De acordo com Baker e Hacker (2005), o argumento apresentado pelos formalistas seria de que: “aritmética é um jogo com signos sem conteúdo utilizados de acordo com regras combinatórias. Numerais são comparáveis a peças de xadrez; ambos são signos meramente externos para um conjunto de regras” (BAKER e HACKER, 2005, p. 46, tradução nossa). Por sua vez, em relação a isto: “Frege apresentou duas alternativas: ou matemática é sobre signos, marcas de tinta no papel, ou é sobre o que esses signos representam, a saber, números” (BAKER e HACKER, 2005, p. 47, tradução nossa).

⁸ “It is the realization of the variety among games which makes the concept of game a particularly useful one for Wittgenstein to express his new insights into the diversity of linguistic usages” (KENNY, 2006, p. 128).

Esta nova abordagem contrasta em relação à prioridade anteriormente concebida ao discurso proposicional. A proposição ocupa um lugar fundamental no *T*, pois, através dela, seria possível dizer algo sobre o mundo. Contudo, Wittgenstein passa a enxergar nisto uma ideia problemática: ao iniciar as *IF* com um trecho das *Confissões* (1/8), de Santo Agostinho⁹ o autor afirma que neste segmento há uma determinada visão da linguagem: “As palavras da linguagem denominam objetos – as sentenças são os liames de tais denominações” (*IF* §1). O alicerce das ideias contidas na *VA* remanesceu intocado durante séculos de discussão filosófica, sendo notável no pensamento de diversos autores, como Locke, Frege, Russell e o Wittgenstein do *T*. O privilégio dado à proposição na obra seria justificado pois nela os nomes estariam interligados de determinada maneira, espelhando as relações entre objetos na realidade. De acordo com Glock (1998, p. 289), “segundo a *teoria pictórica*, as proposições são ‘figurações lógicas’ da realidade. Seus elementos – os nomes – são sucedâneos dos elementos da situação afigurada”.

O que Wittgenstein demonstra em suas *IF* é que os significados linguísticos não se encontram no exterior da linguagem, não correspondendo a objetos que existem de maneira independente ou a uma suposta essência do mundo. Ao invés disso, a linguagem está relacionada de modo intrínseco à *práxis* humana, existindo apenas em função da mesma e abordando conceitos e significados estabelecidos e partilhados pelos indivíduos em suas *formas de vida*. Wittgenstein adentra uma concepção holística de linguagem, na qual esta não pode ser corretamente compreendida sem que também se considere o lugar que a mesma ocupa na vida dos indivíduos que a utilizam e a maneira como estes a utilizam regularmente. Tal visão pragmática é demonstrada no trecho a seguir:

Pense agora no seguinte emprego da linguagem: eu envio alguém às compras. Dou-lhe uma folha de papel onde se encontram os signos: “cinco maçãs vermelhas”. Ele leva o papel ao comerciante. Este abre a gaveta sobre a qual está o signo “maçã”. Ele procura a palavra “vermelho” numa tabela e encontra defronte a ela uma amostra de cores. Ele diz a sequência dos numerais – (...) – até à palavra “cinco”, e a cada número tira da gaveta uma maçã que tem a cor da amostra. – Da mesma forma, operamos com palavras. – “Como ele sabe onde e como deve procurar a palavra ‘vermelho’ e o que tem que fazer com a palavra “cinco”?” – Ora, suponho que ele *aja* conforme eu descrevi. As explicações encontram um fim em algum lugar. – Qual é o significado da palavra “cinco?” – Aqui não se falou disso, mas somente de como a palavra ‘cinco’ é usada. (*IF* §1).

⁹ “Quando os adultos nomeavam um objeto qualquer voltando-se para ele, eu o percebia e compreendia que o objeto era designado pelos sons que proferiam, uma vez que queriam chamar a atenção para ele. Deduzia isto, porém, de seus gestos, linguagem natural de todos os povos, linguagem que através da mímica e dos movimentos dos olhos, dos movimentos dos membros e do som da voz anuncia os sentimentos da alma, quando esta anseia por alguma coisa, ou segura, ou repele, ou foge. Assim, pouco a pouco eu aprendia a compreender o que designam as palavras que eu sempre de novo ouvia proferir nos seus devidos lugares, em diferentes sentenças. Por meio delas eu expressava os meus desejos, assim que minha boca se habituara a esses signos.” (*IF* §1)

Desse modo, uma visão holística/pragmática da linguagem pressupõe que a *multiplicidade* dos usos linguísticos seja considerada, contrariando o tratamento uniforme dado pela tradição filosófica. Uma das razões pelas quais Wittgenstein destacou no início de sua obra a VA foi para demonstrar a maneira como a *função designativa da linguagem* fora privilegiada, porquanto se acredita que ela exiba algo essencial e profundo, como se o significado das palavras correspondesse a um ente extralinguístico. O filósofo austríaco busca remover da linguagem essa interpretação ontológica: no exemplo da §1, as palavras da sentença “cinco maçãs vermelhas” não se referem a um estado de coisas, não sendo, portanto, uma descrição da realidade, nem se configurando como uma proposição. Porém, esta é uma sentença completamente compreensível, e a maneira como ela é compreendida se dá em como os indivíduos *agem* em relação a ela. Daquele a quem é dado o papel, espera-se que se dirija a um comércio e procure pelo item referido, ou peça-o ao vendedor; deste, espera-se que entregue os itens ao cliente – entre outras coisas semelhantes, pois não se trata de um caminho pré-determinado, a ser seguido precisamente como um cálculo; há um conjunto de possibilidades que poderão ou não ser entendidas como “corretas”, *i.e.*, *aceitáveis* dentro de um contexto (este ponto será melhor abordado posteriormente). Por agora, reconhece-se que na nova visão de Wittgenstein: “O uso da linguagem é visto como parte de um comportamento cognitivo mais global e a própria linguagem como um comportamento inserido numa estrutura comportamental” (MARQUES, 2012, p. 45).

2. A gramática e o ensino

O ensino e aprendizado da linguagem são temas centrais abordados nas seções que iniciam as *IF*. Esta discussão implica diretamente na problemática do seguimento de regras, pois versa sobre a maneira como adquirimos consciência da *gramática* que norteia nosso uso da linguagem. De acordo com Glock (1998, p. 193):

As “regras gramaticais” são padrões para o uso correto de uma expressão, que “determinam” seu significado; dar o significado de uma palavra é especificar sua gramática. O termo “correto” aqui não significa “verdadeiro”, uma vez que se pode utilizar um termo de acordo com regras linguísticas sem que se diga que algo a verdadeiro. (...) A noção de gramática chama atenção para o fato de que falar uma língua é, entre outras coisas, tomar parte em uma atividade guiada por regras.

Portanto, é nosso aprendizado da gramática dos jogos de linguagem que possibilita agirmos conforme uma regra e, conseqüentemente, a normatividade imprescindível às nossas manifestações linguísticas. Por este motivo, o debate acerca de *como* aprendemos nossos

primeiros jogos de linguagem é fundamental na construção dos argumentos de Wittgenstein. O autor estabelece um ataque às compreensões que privilegiam o papel da definição ostensiva neste processo. Quem interpreta à maneira de Agostinho visualiza o aprendizado da criança como um processo mental, cuja natureza é essencialmente privada¹⁰: “A conexão entre as palavras (nomes) e seus significados (referentes) se estabelece por uma definição ostensiva, que determina uma associação mental entre palavra e objeto” (GLOCK, 1998, p. 370).

A tradição filosófica e o senso comum entendem como perfeitamente coerente afirmar que nossa linguagem dá nome às coisas no mundo e tem nisto sua principal função. Desde a infância aprende-se, por exemplo, que dada cor é “vermelho” e determinado objeto é uma “maçã”, sendo possível combinar esses nomes em uma sentença – “a maçã é vermelha” – e, de tal forma, dizer algo verdadeiro ou falso acerca do mundo. Contudo, conforme abordado anteriormente, Wittgenstein é contrário à ideia de que a essência da linguagem reside na descrição. Nossas manifestações linguísticas são múltiplas atividades heterogêneas cujo sentido pressupõe um *contexto de uso*. De acordo com Marques (2012), a capacidade de conhecer um objeto, por exemplo, em muitos casos situa-se além do ato de representá-lo mentalmente ou referi-lo com um gesto dêitico uma vez que ouçamos seu nome. “Conheço-o na medida em que eu tenha um comportamento adequado em face desse objeto, incluindo aqui no termo ‘comportamento’ o linguístico, a manipulação etc.” (MARQUES, 2012, p. 45).

Portanto, a capacidade designativa atribuída à definição ostensiva não é o bastante para a execução adequada de nossos jogos de linguagem, sendo tratada por Wittgenstein como “uma forma primitiva de treinamento para o emprego das palavras” (MORENO, 2000, p. 69). Variadas atividades linguísticas pressupõem um procedimento comportamental que está além da referência. Desse modo, um método de ensino pautado unicamente na explicação ostensiva encontraria dificuldades, ou mesmo uma impossibilidade, em sua instrução. Isto é exemplificado por Wittgenstein do seguinte modo:

Se mostramos a alguém a figura do rei no jogo de xadrez e dizemos “Este é o rei no xadrez”, não lhe explicamos com isso o uso desta figura – a não ser que ele já conheça as regras do jogo até este último ponto: a forma da figura do rei. A forma da figura de jogo corresponde aqui ao som ou à forma da palavra. (IF §31).

¹⁰ “Acredito que podemos dizer então: Santo Agostinho descreve a aprendizagem da linguagem humana como uma criança que chegasse a um país estrangeiro e não entendesse a língua do país; isto é: como se ela já tivesse uma língua, só que não esta. Ou também: como se a criança já fosse capaz de *pensar* mas não ainda de falar. E ‘pensar’ significaria aqui algo como: falar para si mesmo” (IF §32).

Logo, a simples ação de apontar e dizer “*este é o rei*” é insuficiente para que possamos conhecer o *sentido* do rei no contexto daquele jogo. Seu significado não corresponde a um ente extralinguístico, de modo que aquela peça não condiz com uma representação cujo valor seria externo ao jogo de xadrez. “As regras do xadrez não possuem fundações e não podem ser justificadas através da referência à realidade. Elas são autônomas; nada, além de nossas decisões, as ditam. Similarmente, ele [Wittgenstein] agora assegurava, as regras da linguagem não possuem fundações” (BAKER e HACKER, 2005, p. 47; tradução nossa)¹¹. Portanto, Wittgenstein propõe que não há uma característica na linguagem que equivalha à sua essência (nem mesmo a descrição de coisas), de modo que o “solo” linguístico corresponderia, somente, às *formas de vida* compartilhadas por indivíduos em sua prática cotidiana da linguagem¹².

Sendo assim, a maneira como aprendemos um jogo de linguagem é conhecendo as regras intrínsecas àquele jogo, as quais serão responsáveis por expor o seu funcionamento adequado, *i.e.*, os “movimentos” considerados corretos dentro de um dado contexto. Isto é possível, primeiramente, pois este jogo ocupa um lugar na vida de uma comunidade linguística, a qual regularmente o executa de determinado modo concebido como sendo adequado. Conforme Moreno (2000), os usos da linguagem apresentam “(...) um ancoradouro caracterizado por *convenções* de regras, por instituições, formas de vida” (MORENO, 2000, p. 66). A partir disso, somos capazes de reconhecer, por exemplo, que a cor vermelha no semáforo pressupõe certas respostas adequadas e outras inadequadas. Igualmente, o ensino da linguagem à criança faz-se pela instrução acerca de quais ações e comportamentos esperam-se dela dentro de um contexto específico. Isto pode ocorrer apenas quando estamos inseridos na conjuntura de um jogo de linguagem; este, por sua vez, encontra-se estabelecido em uma forma de vida, na qual as coisas apresentam um sentido compartilhado pelos indivíduos, de modo que a explicação do semáforo não teria significado, por exemplo, em uma comunidade sem sinais de trânsito. Do mesmo modo, apenas afirmar que o rei se move desta ou daquela maneira não possui sentido se não explicarmos antes o que é uma figura de jogo ou, até mesmo, o que é um jogo (*IF* §31).

De acordo com Wittgenstein, o significado não é resultante de uma relação estática com a estrutura do mundo, mas sim daquilo que se sucede de uma *explicação de significado*. Através das explicações, reconhecemos qual a utilização prática considerada correta de um determinado

¹¹ “The rules of chess have no foundations and cannot be justified by reference to reality. They are autonomous; nothing, other than our decisions, dictates them. Similarly, he now held, the rules of language have no foundations” (BAKER e HACKER, 2005, p. 47).

¹² “A expressão ‘*jogo de linguagem*’ deve salientar aqui que falar uma língua é parte de uma atividade ou de uma forma de vida” (*IF* §23).

termo ou expressão linguística. “Para uma *grande* classe de casos – mesmo que não para *todos* – de utilização da palavra ‘significado’, pode-se explicar esta palavra do seguinte modo: O significado de uma palavra é seu uso na linguagem” (IF §43). Portanto, aprender um jogo de linguagem equivale a aprender suas aplicações comuns, a desenvoltura apropriada em relação àquela prática, algo que está relacionado, sobretudo, ao *comportamento*. “Uma linguagem está integrada de infinitos modos nas atividades, ações e reações humanas. Ser capaz de falar uma linguagem é ser capaz de fazer uma vasta gama de coisas nos contextos complexos da vida humana e de seus relacionamentos” (BAKER e HACKER, 2009, p. 135; tradução nossa)¹³. Desse modo, Wittgenstein concebe que a maneira como as crianças aprendem a linguagem é similar a um processo de *adestramento*: há uma série de recompensas, punições, orientações cuja regularidade no seguimento significa a compreensão daquilo que foi proposto. Conforme Marques (2012, p. 47):

Aprendemos, isto é, somos treinados em certos comportamentos linguísticos, por exemplo, a afirmar “isto é amarelo” em determinadas circunstâncias e perante determinados objetos. Tendo sido desde crianças treinados a responder, com um certo comportamento linguístico, a um estímulo ou conjunto de estímulos, responderemos acerta ou adequadamente se repetirmos o padrão de comportamento aprendido sempre que formos sujeitos a esse estímulo.

Consequentemente, de acordo com Marques (2012), a dicotomia entre verdade/falsidade construída no *T* e presente nas concepções de realismo linguístico cede lugar à relação entre o emprego apropriado/não-apropriado da linguagem. A exemplo disso, podemos supor um jogo de linguagem chamado “comprar conforme uma lista de compras”. Um adulto já conhecedor deste jogo deseja ensiná-lo a seu filho. Logo, ele leva a criança ao mercado e entrega-a uma lista com os seguintes itens: duas laranjas, uma garrafa de leite, um pacote de açúcar. O adulto fornece as orientações necessárias para o seguimento adequado daquela prática: “caminhe até as prateleiras contendo os itens em destaque, selecione-os na quantidade especificada e coloque-os dentro do carrinho de compras¹⁴”. Considerar-se-ia incorreto, por exemplo, escolher três laranjas, e não duas; optar por arroz no lugar de açúcar; jogar os itens no chão e não no carrinho, etc. Entretanto, ainda que a criança desempenhasse todos os procedimentos

¹³ “A language is integrated in endless ways into human activities, actions and reactions. To be able to speak a language is to be able to *do* a vast range of things in the complex contexts of human life and relationships” (BAKER e HACKER, 2009, p. 135).

¹⁴ Wittgenstein enfatiza que nossas regras não necessitam ser inteiramente delimitadas para seu funcionamento efetivo, ao contrário do que pressupôs em sua sintaxe lógica. As regras da gramática não preveem todas as possíveis manifestações de um jogo de linguagem; isto, contudo, não interfere na maneira como o praticamos com sucesso. “(...) não há, no jogo de tênis, regras que determinem, por exemplo, a que altura ou com que força se é permitido arremessar a bola, mas o tênis é de fato um jogo, e também possui regras” (IF §68).

corretamente, faltaria a ela uma característica fundamental, de acordo com Wittgenstein: a *prática*.

Não é possível um único homem ter seguido uma regra uma única vez. Não é possível uma única comunicação ter sido feita, uma única ordem ter sido dada ou entendida uma única vez etc. – Seguir uma regra, fazer uma comunicação, dar uma ordem, jogar uma partida de xadrez, são *hábitos* (usos, instituições). (*IF* §199).

Consequentemente, a prática da linguagem deixa de ser concebida como resultado de um *processo mental* privado, passando a ser considerada uma *habilidade* a ser desenvolvida, praticada, reiterada. “A capacidade de jogar um jogo, como a capacidade de usar as palavras de uma linguagem, é a masterização de uma técnica. Jogar jogos, como falar, é uma atividade humana, e a existência de jogos compartilhados, como uma linguagem compartilhada, pressupõe reações comuns, propensões e capacidades” (BAKER e HACKER, 2005, p. 52; tradução nossa)¹⁵. Portanto, apenas a partir do momento em que a criança consegue executar – com frequência e corretamente – determinado jogo de linguagem é que somos capazes de afirmar que ela, de fato, o conhece e está agindo de acordo com a regra.

3. O que é seguir uma regra

3.1 Regras e exterioridade

Em suas *IF*, Wittgenstein estabelece a importância de contextos explícitos de *uso* para o ensino e aprendizado das regras norteadoras da linguagem¹⁶. O que separa as manifestações linguísticas corretas das incorretas são, geralmente, elemento *externo* ao indivíduo, isto é, fatores que não são determinados unicamente por sua interpretação ou vontade. Se supormos, por exemplo, um jogo de linguagem designado “obedecer a uma ordem”, no qual A enuncia a B uma ação a ser realizada, reconheceremos que sua execução apropriada dependerá da

¹⁵ “The ability to play a game, like the ability to use the words of a language, is a mastery of a technique. Playing games, like speaking, is a human activity, and the existence of shared games, like a shared language, presupposes common reactions, propensities and abilities” (BAKER e HACKER, 2005, p. 52).

¹⁶ “A regra pode ser um recurso de instrução no jogo. Ela é transmitida ao aprendiz e sua aplicação é treinada. – Ou é um instrumento do próprio jogo. – Ou: uma regra não encontra uma aplicação nem na instrução nem no jogo; nem está assentada num catálogo de regras. Aprende-se o jogo assistindo como os outros jogam. Mas dizemos que é jogado de acordo com tais regras, porque um observador pode ler estas regras a partir da prática do jogo – é como uma lei natural, em cuja regência as jogadas se desenrolam. – Mas, como é que o observador distingue, neste caso, um erro dos outros jogadores de uma jogada correta? – Para isso há sinais característicos no comportamento do jogador.” (*IF* §54).

correspondência a um conjunto de fatores. Estes não são determinados pela intuição ou vontade de B, mas pelos valores autônomos que regem esta atividade humana.

Toda atividade linguística encontra-se instaurada nas relações entre uma comunidade e seu mundo socialmente construído¹⁷. Diante de um jogo de linguagem como o anterior, os indivíduos conhecedores do mesmo reagirão de modo determinado (espera-se uma ação específica diante de um enunciado como “leia aquilo” ou “traga-me isto”) e coletivamente aceito. Estas ações são caracterizadas como uma *prática*; realizam-se múltiplas vezes de uma mesma forma, a qual será concebida como uma forma apropriada dentro daquele contexto/jogo¹⁸. Desse modo, Wittgenstein compreende que a normatividade do significado relaciona-se a fatores externos coercitivos¹⁹ aos quais os usuários de um jogo de linguagem devem – com regularidade – seguir. De acordo com Thornton (2007, p. 23-4):

A normatividade do conteúdo consiste, em parte, no fato de que as palavras podem ser usadas corretamente ou incorretamente, e as asserções ou crenças podem ser verdadeiras ou falsas. O significado de uma palavra ou sentença determina as circunstâncias em que seria correto usá-la.

Conforme visto anteriormente, as regras linguísticas não estão vinculadas a uma realidade apriorística, mas aos usos estabelecidos dentro de um conjunto coletivo de práticas, digamos, de uma dada *instituição*. Um jogo de linguagem tal como “obedecer a uma ordem” não é conduzido sempre de mesmo modo e não há uma representação ideal do que seja isto; esta manifestação linguística é expressa de maneira distinta, *e.g.*, no serviço militar ou em uma situação familiar. O que possibilita qualquer prática deste tipo é um mecanismo externo regulador (o qual, nos casos acima, poderíamos chamar de “normas de conduta do exercício” e “da família”), cujo caráter é descrito por Bloor (1997) como *autorreferente* (*self-referring*). O autor considera uma instituição: “[...] um padrão coletivo de atividade autorreferente”

¹⁷ O sentido de um signo relaciona-se a uma totalidade linguística e extralinguística, à realidade de determinado grupo do qual é posse. Desse modo, supondo que, por exemplo, traduzíssemos o idioma de uma tribo recém-descoberta: “Uma palavra de nossa tribo ser corretamente traduzida em uma palavra da Língua Inglesa depende da função que essa palavra executa na vida inteira da tribo; as ocasiões em que ela é utilizada, as expressões emocionais pelas quais ela é geralmente acompanhada, as ideias que ela é geralmente desperta ou o quê incita seu dizer, etc.” (*BrB*, p. 103, tradução nossa).

¹⁸ Logo, compreender uma instrução como “escreva uma sequência numérica de 0 a 9” é algo que se verifica a partir da consistência com a qual o aprendiz executa-a *corretamente* – e esta correção é submetida a partir de valores exteriores, independentes daquele que dá a regra ou daquele que a segue: “O aluno escreve agora a série de 0 a 9 (...) – E isto só será o caso se ele conseguir fazê-lo *com frequência*, e não, se acertar uma em cada cem tentativas” (*IF* §145).

¹⁹ Conforme Thornton (2007), este aspecto coercitivo dá-se no sentido em que o fracasso ou sucesso de uma enunciação depende de sua adequação ao *significado* que aquela enunciação *deve* possuir em determinado contexto de uso.

(BLOOR, 1997, p. 33; tradução nossa)²⁰. Desse modo, as justificativas para os fatores coercitivos determinantes do certo e do errado residem nos próprios jogos de linguagem e sempre retornam a eles. “A continuação ‘certa’, digamos, para uma série numérica (o que também define o que significa a regra) é aquela continuação que é coletivamente chamada de ‘certa’. Isto não é uma questão de contagem de votos, mas se refere a um padrão de interação estável” (BLOOR, 1997, p. 33; tradução nossa)²¹.

Estas circunstâncias convêm do fato de conceitos linguísticos existem apenas mediante nossa aplicação comum da linguagem²². Bloor (1997) exemplifica através do conceito de “moeda”: sua existência é determinada pela presença de indivíduos que o utilizam, relacionando-se a ele em suas atividades partilhadas. “Nesta utilização, falar de algo como uma moeda não significa referir-se a um ato puramente verbal, mas a todo o contexto de comportamento no qual tais verbalizações explícitas são tecidas” (BLOOR, 1997, p. 29; tradução nossa)²³. Portanto, o conceito de “moeda” pressupõe padrões comportamentais e linguísticos; estes não podem ser justificados, exceto por referência à própria instituição de “moeda”. Assim, aprendem-se atividades como: comprar coisas, contar dinheiro e guardá-lo em cofres, devolver o “troco” quando necessário etc. Apenas uma comunidade que partilhe e faça uso deste conceito compreenderá o sentido destas atividades.

3.2 Regras e processos mentais

Wittgenstein, buscando resolver a questão de como é possível a um indivíduo estar de acordo com uma regra (como é possível seguir aquilo que é determinado como “certo”), utiliza do seguinte cenário como exemplo. Aqui, seu interlocutor assume o papel de um professor ensinando um aluno a realizar uma sequência numérica:

Fazemos agora com que o aluno continue uma série (p. ex., “+2”) acima do n. 1000, – ele escreve: 1000, 1004, 1008, 1012. Dizemos-lhe: “Veja o que você está fazendo!” Ele não nos compreende. Nós lhe dizemos: “Você deve adicionar *dois*; veja como começou a série!” – Ele responde: “Sim! Não está correto? Eu pensei que *devia* fazer assim”. (IF §185).

²⁰ “[...] a collective pattern of self-referring activity” (BLOOR, 1997, p. 33).

²¹ “The ‘right’ continuation, say, of a number series (which also defines what is meant by the rule) is that continuation which is collectively called ‘right’. This is not a matter of counting up votes, but refers to a stable pattern of interaction” (BLOOR, 1997, p. 33).

²² Os signos não possuem sentido “no vazio”; sua *animação* é dada a partir do modo como eles são empregados em circunstâncias reais da vida humana. “Wittgenstein aconselha que olhemos (...) ao contexto prático, ao fluxo de pensamento e atividade, no qual um dado uso de palavras está embutido” (STERN, 1995, p. 188; tradução nossa).

²³ “On this usage, speaking of a thing as a coin isn’t meant to refer to a purely verbal act, but to the whole pattern of behaviour into which such explicit verbalisations are woven” (BLOOR, 1997, p. 29).

Desse modo, Wittgenstein discute as ideias filosóficas construídas na crença de que o seguimento de regras seria sustentado por *processos mentais*. No caso anterior, há quem entenda que a regra consistiria em um conteúdo presente na mente do professor, o qual de algum modo seria adquirido pelo aluno. O problema desta concepção reside no fato de que a validação de uma regra pressupõe *externalizá-la*, dado que os padrões de correção são, por princípio, exteriores ao indivíduo. “Mesmo se a regra fosse um estado mental ou uma entidade abstrata, isso não explicaria o que é seguir uma regra, uma vez que não se dissolve a questão de como a regra deve ser aplicada, de qual o *método de projetá-la* na realidade ou de traduzi-la em uma ação” (GLOCK, 1998, p. 314). Logo, *ter em mente* a regra é insuficiente (o aluno honestamente pensa que aquele é o modo correto de aplicação da regra), pois nem sempre esta será transformada em uma ação que corresponda à prática correta do jogo de linguagem. A *interpretação*, portanto, não pode ser concebida como a ligação entre uma dada regra e sua aplicação, dado que as interpretações possíveis não são todas condizentes com a definição externa de “certo”:

“Mas como pode uma regra me ensinar o que devo fazer *nessa* posição? O que quer eu faça, deve ser compatível com a regra através de alguma interpretação.” – Não, não se deve dizer desta maneira, mas assim: toda interpretação, juntamente com o que é interpretado, está suspensa no ar; não pode servir-lhe de suporte. As interpretações por si só não determinam o significado (IF §198).

Desse modo, se nós supormos um jogo de linguagem denominado “seguir uma placa”, poderíamos imaginar um indivíduo que lê uma placa onde está escrito “vire à direita” e interprete-a à maneira como entenderíamos “vire à esquerda”. Sua projeção mental é insuficiente para um acordo com os fatores de correção compartilhados por uma maioria dos indivíduos que entenderá aquela placa de modo distinto ao dele. De acordo com Baker e Hacker (2009, p. 94):

A conexão entre uma regra e as ações que concordam com ela é efetivada (cf. IF §197) na prática de uso da regra em treinamento, ensino e instrução, no emprego regular da regra como um padrão de correção (IF §198), na prática de segui-la (IF §202), e nas explicações e justificativas de ações em referência a ela (BAKER e HACKER, 2009, p. 94; tradução nossa)²⁴.

²⁴ “The connection between a rule and the acts which accord with it is effected (cf. IF §197) in the practice of using the rule in training, teaching and instructing, in the regular employment of the rule as a standart of correctness (IF§198), in the practice of following it (IF §202), and in the explanations and justifications of actions by reference to it” (BAKER e HACKER, 2009, p. 94).

Portanto, um indivíduo que está de acordo com a regra de “seguir uma placa” é um indivíduo que previamente recebeu o treinamento adequado neste jogo de linguagem: recebeu as orientações necessárias e as recompensas e punições devidas diante de suas reproduções do jogo. Isto só é possível pois “seguir uma placa” está instaurado na forma de vida de determinada comunidade linguística; *i.e.*, há um grupo de indivíduos que *praticam* este jogo. Prática, aqui, pressupõe que o ato de “seguir uma placa” seja realizado mais de uma vez, conforme Wittgenstein indica na §199.

Logo, o ato de seguir uma regra não pode ser apenas estabelecido por uma interpretação. É necessário que a regra seja dada externamente, por fatores *independentes* do indivíduo. No caso da §185, o que determina a correção da regra não é o que pensa o aluno, tampouco o que acredita o professor. “Tenho que entender uma ordem antes de poder agir conforme ela? – Com certeza! senão você não saberia o que tem de fazer. – Porém, do *saber* para o *fazer* é de novo um salto!” (IF §505). O *fazer* deve ser conforme uma unidade externa, ou uma instituição (a qual poderíamos designar de “somar”), que envolve não apenas aqueles indivíduos do exemplo, mas um grupo geral de indivíduos que compartilham determinados hábitos. O modo como esses hábitos *costumam* ser realizados é o que dita o modo aceitável de realizá-los. Assim, retomamos a ideia apresentada por Bloor, que afirma uma instituição como um sistema autorreferencial:

Sem uma multiplicidade de aplicações, por uma multiplicidade de diferentes pessoas, não haveria um sistema de referência autocriativo do tipo que constitui uma instituição. O modelo também clarifica o requisito de que as instâncias de qualquer prática putativa de seguimento de regras devem ser ações externas e observáveis, não coisas figuradas no interior de nossas cabeças (BLOOR, 1997, p. 34; tradução nossa)²⁵.

Desse modo, a “resposta” ao caso da §185 se dá a partir do momento que retiramos o papel da interpretação como o mecanismo através do qual se conecta a uma regra. O seguimento da regra, pelo aluno, é demonstrado na prática, no modo como ele corresponde aos pressupostos externos. Na sequência proposta (+2), “1004, 1008, 1012...” não é uma resposta adequada e qualquer indivíduo que tenha ciência deste jogo de linguagem sabe disto. De acordo com Thornton (2007, p. 63 - 4, grifo nosso):

Wittgenstein mostra que todas as explicações substantivas do que é compreender uma regra que oferecem uma explicação em termos de um processo subjacente distorcem a

²⁵ “Without a multitude of applications, by a multitude of different people, there would be no self-creating system of reference of the kind constituting an institution. The model also sheds light on the requirement that the instances of any putative rule-following practice must be outer, observable actions, not things enacted inside our heads” (BLOOR, 1997, p. 34).

relação entre a compreensão e a aplicação. Mostra-se que os processos postulados não são nem *necessários* nem *suficientes* para se fazer aplicações corretas e, conseqüentemente, que não podem ser o que a compreensão encerra.

3.3 Regras e domínio de técnicas

Portanto, já é reconhecido que Wittgenstein posiciona o seguimento de regras como algo exterior aos indivíduos. De acordo com o filósofo: “Por isso, ‘seguir a regra’ é uma prática. E *acreditar* seguir a regra não é: seguir a regra. E por isso não se pode seguir a regra ‘privatim’, porque, do contrário, acreditar seguir a regra seria o mesmo que seguir a regra” (*IF* §202). Esta seção expõe nossa problemática anterior: se o seguimento de regras for algo dado a partir da interpretação, qualquer caso poderia se adequar à regra. Igualmente, a regra não corresponde a um conteúdo na mente de quem a ensina, mas algo compartilhado por indivíduos, compondo assim, uma instituição, um conjunto de ações autorreferenciais, de modo que suas justificativas estão nelas próprias, no lugar que essas ações ocupam na vida desses indivíduos.

Como tido na §199, o seguimento de regra consiste em um hábito. Wittgenstein continua a seção, afirmando que: “Compreender uma frase significa compreender uma língua. Compreender uma língua significa dominar uma técnica” (*IF* §199). Ou seja, o conhecimento dos inúmeros jogos de linguagem que compõem uma língua demanda que tenhamos certas aptidões, por exemplo, as necessárias para realizar um cálculo matemático ou uma tradução. Há todo um conjunto de ações envolvidas que formam uma instituição. Portanto, nossa prática é algo a ser demonstrado, corrigido, comparado àquilo que é feito por outros indivíduos. “A maestria de uma técnica é manifesta na prática, ao fazer certas coisas. Mas, é claro, um único ato em acordo com a regra não é (salvo em cenários complexos) uma exibição de maestria de uma técnica” (BAKER e HACKER, 2009, p. 140 - 1; tradução nossa)²⁶. Desse modo, algumas questões tornam-se mais nítidas. Por exemplo, Wittgenstein enuncia um caso no qual ensinássemos indivíduos a ler e questiona a partir de qual momento poderíamos afirmar que eles já o soubessem.

Tome o caso de um aprendiz que ainda não tomou parte no treinamento: se lhe mostrarmos uma palavra escrita, às vezes produzirá alguns sons, e acontece aqui e ali, ‘por acaso’, que eles mais ou menos conferem. Um terceiro ouve este aluno em um tal caso e diz “Ele está lendo”. Mas o professor diz: “Não, ele não está lendo; foi apenas um acaso”. – Suponhamos, no entanto, que este aluno, caso lhe fossem apresentadas outras palavras, reagisse a elas sempre de modo correto. Depois de algum tempo, diz o professor: “Agora ele sabe ler!” (...) Quando foi que ele começou a ler? Qual foi a primeira palavra que *leu*? Esta pergunta não tem sentido aqui. (§157).

²⁶ “Mastery of a technique is manifest in *practice*, in *doing* certain things. But, of course, a single act in accord with a rule is not (save in complex settings) an exhibition of mastery of a technique” (BAKER e HACKER, 2009, p. 140 - 1).

Logo, a regra é reconhecida a partir do momento em que há um conjunto de práticas frequentemente estabelecidas e *habilidades* adquiridas. *Ler*, como outros jogos de linguagem, pressupõe aptidões, capacidades específicas. Assim, somos capazes de afirmar, ao observarmos um indivíduo sentar com um livro em seu colo, deslizar os olhos sobre suas páginas, passá-las após certo período de tempo etc., que este indivíduo está *lendo*. Há aqui uma série de elementos tipicamente relacionados a esta atividade do modo como a compreendemos. Igualmente, poderíamos perguntar ao indivíduo: o que você está lendo? E ele poderia ser capaz de respondermo-nos. Não há necessidade de visualizarmos quaisquer processos mentais – apenas seu *comportamento*.

Considerações finais

Nas *IF*, Wittgenstein retira a linguagem de um campo apenas descritivo e ontológico, posicionando-a em uma dimensão comportamental, pragmática. Desse modo, sua compreensão do seguimento de regras pauta-se na maneira como o significado é dado pelo *uso*, pelos acordos estabelecidos entre indivíduos. Regras são abordadas como elementos que delimitam certo e errado, pressupondo um comportamento específico mediante uma dada enunciação. Este comportamento é instruído desde a infância, através de um processo similar a um adestramento: por meio de recompensas e punições, orientações dadas em um contexto público, que indicam o modo correto de realizar certo jogo de linguagem. Logo, seguir uma regra é *agir* conforme o que é considerado *adequado*, não se tratando, portanto, de uma interpretação ou de algo que se *tem em mente*, mas de uma concordância que ultrapassa a individualidade e insere-se naquilo que é comum, nas *formas de vida* compartilhadas por determinado grupo.

Referências

Wittgenstein:

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Tradução: Marcos G. Montagnoli. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2014.

_____. *The Blue and Brown Books*. Oxford: Blackwell, 1969.

_____. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Tradução: Luiz Henrique Lopes dos Santos. 3ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

Demais autores:

BAKER, Gordon; HACKER, Peter. *Wittgenstein: Rules, Grammar and Necessity, Volume 2 of an Analytical Commentary on the Philosophical Investigations*, Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.

_____. *Wittgenstein: Understanding and Meaning, Part I: Essays*. Oxford: Blackwell, 2005.

BLOOR, David. *Wittgenstein, Rules and Institutions*. London: Routledge, 1997.

GLOCK, Hans-Johann. *Dicionário Wittgenstein*. Tradução: Helena Martins. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

HACKER, Peter. *Insight and Illusion: themes in the philosophy of Wittgenstein*. Oxford: Clarendon Press, 1986.

KENNY, Anthony. *Wittgenstein*. Oxford: Blackwell, 2006.

MARQUES, Antônio. *O Interior, Linguagem e Mente em Wittgenstein*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

MORENO, Arley. *Wittgenstein: os labirintos da linguagem: ensaio introdutório*. São Paulo: Moderna; Campinas, SP: Editora da Universidade de Campinas, 2000.

SCHMITZ, François. *Wittgenstein*. Tradução: José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

STERN, David. *Wittgenstein: on mind and language*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

THORNTON, Tim. *Wittgenstein: sobre pensamento e linguagem*. São Paulo: Loyola, 2007.

Recebido em: 10/04/2022.

Aprovado em: 15/06/2022.